



TEATRO E ABOLIÇÃO NA BAHIA OITOCENTISTA (1870-1888)

Ricardo Tadeu Caires Silva¹

Introdução

Em comunicação de pesquisa recente o historiador Eduardo Silva defendeu que o movimento abolicionista contou com o apoio decisivo dos profissionais de teatro. Apoio que foi amplo e geral, pois, no seu entendimento, advinha

não apenas grandes atores e atrizes, mas dos artistas de teatro em geral, profissionais das mais diferentes especialidades, algumas até não muito bem vistas socialmente, que giravam em torno dos grandes teatros do rio de Janeiro do século XIX. Os músicos, os maestros, os cantores, as cantoras, os empresários, os cenógrafos e mesmo o pessoal técnico de apoio. Foi, sem dúvida, por intermédio dos profissionais de teatro que a campanha abolicionista pôde finalmente alçar vôo e ganhar popularidade. Com a aproximação do teatro a campanha abolicionista saiu finalmente da esfera político-parlamentar e firmou-se como um movimento verdadeiramente popular e transformador da realidade.²

Quem também partilha desta tese é a socióloga Angela Alonso, ao defender que os abolicionistas brasileiros

fizeram incorporação intensa do teatro, vendo nele não apenas um espaço de reunião, como também uma fórmula cultural para expressão de sua mensagem anti-escravista, isto é, o teatro tornou-se não só palco, como forma de protesto. Nesse sentido, o movimento brasileiro desenvolveu um estilo peculiar de ativismo abolicionista.³

A defesa da essencialidade do teatro para o sucesso da campanha abolicionista na Corte suscitou minha curiosidade acerca da extensão desta premissa para outras província do império, especialmente para a Bahia. Isto porque, em diferente contextos de pesquisas sobre a abolição, deparei-me com fontes que insinuavam a ligação entre alguns abolicionistas e o teatro. Em especial,

¹ Doutor em História pela UFPR. Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: rictcaires@yahoo.com.br. Agradeço à Fundação Araucária pelo apoio concedido, sem o qual minha participação neste evento não se concretizaria.

² SILVA, Eduardo. "Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura". In: *Anais da XXVI Reunião da SBPH*, 2006, p.01. (Disponível no [site sbph.org](http://site.sbph.org). Acesso em 25/04/2011).

³ ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 02.



chamou-me atenção a atuação do jornalista e escritor Eduardo Carigé, sobre quem estou escrevendo uma biografia, e que era considerado pelos coevos como o principal abolicionista baiano. Assim, motivado pelas reflexões de Eduardo Silva e Angela Alonso, encetei a busca de outras fontes documentais que demonstrassem a relevância dos vínculos entre o movimento abolicionista baiano e o campo teatral. O que passo a expor a seguir é o resultado parcial de uma pesquisa que apenas se inicia.

A Campanha Abolicionista na Bahia

A partir da década de 1880 a campanha abolicionista ganha contornos cada vez mais fortes e estende-se por todo o país. Na Bahia, embora o movimento fosse considerado tímido por alguns militantes, a idéia da abolição tornava-se cada vez mais aceita na medida em que a escravaria passa a ser concentrada em mãos dos mais poderosos, em especial dos senhores de engenho do Recôncavo.⁴

Fortemente baseada em Salvador, a liderança da campanha estava a cargo da *Sociedade Libertadora Bahiana*, fundada em 1883 por um grupo seletivo de intelectuais, dentre os quais figuravam os jornalistas Pamfilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé, Raimundo Bizarria e José Teixeira Barros (Nestor Roqueplan); o estudante de medicina Sérgio Cardozo; os médicos Luís Anselmo da Fonseca e Luís Álvares dos Santos; o artista Manuel Querino; o engenheiro Theodoro Sampaio; o advogado Frederico Lisboa; o professor Austriciliano Coelho; além de Léllis Piedade, Antônio Barreto, Antônio Pereira de Araújo, Aristides Spínola, Brício Filho, Cosme Moreira, dentre outros. Ao todo não passavam de 30 indivíduos que, como se pode notar, exerciam diversas profissões liberais.

Os sócios da *Sociedade* costumavam reunir-se na “pastelaria do cidadão Arsênio Carvalho Ferreira, abolicionista e membro da *Libertadora Bahiana*, que iluminava a frente da casa em todas

⁴ Sobre o crescimento do movimento abolicionista na década de 1880, ver MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. Para um depoimento coevo da situação abolicionista na Bahia ver FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. (Edição 'fac-similar' de 1887). Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1988, p. 254-255. Já para a população escrava na Bahia oitocentista consultar o artigo de BARICKMAN, B. J. "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)". In: *Afro-Ásia*, nº 21-22. Salvador: Mestrado em História, UFBA, 1998-1999.



as festas abolicionistas e ficava no passeio com um grande chapéu de palha...”.⁵ Eles também se encontravam na redação da *Gazeta da Tarde*, periódico francamente abolicionista, de propriedade de Pamfilo da Santa Cruz, o qual, aliás, era presidente da agremiação. Por meio deste periódico podemos ter noção de algumas das ideias defendidas pela entidade. Num dos seus editoriais, os articulistas do jornal expressaram o entendimento de como a campanha abolicionista deveria ser feita:

Não [era] pela ação direta sobre o espírito do escravo que lhe podemos fazer algum bem, é com os livres que nos devemos entender, é com esses que vamos pleitear a causa daqueles [...] porque a eles lhes proibimos de levantar o braço em defesa própria.⁶

Pelo texto acima, percebe-se que os redatores da *Gazeta* comungavam do pensamento de Joaquim Nabuco, para que a propaganda abolicionista não deveria ser feita diretamente aos escravos.⁷ Conforme salienta Wlamyra Albuquerque, essa posição propugna que caberia aos abolicionistas “instituir-se como salvação possível para o drama dos escravos, reforçando a ideia da tutela indispensável que lhes deveria ser assegurada sobre os libertos”.⁸ Mas, como também nos mostra a autora, não havia nas sociedades abolicionistas do Brasil – e a *Libertadora Bahiana* não fugia à regra – tanta uniformidade de pensamento entre os seus associados. Por exemplo, o estudante de medicina e jornalista Sérgio Cardozo, um dos membros mais destacados da *Libertadora*, adotou como lema do seu jornal *O Mefisto* a frase cunhada pelo abolicionista Luís Gama, segundo a qual “Todo escravo tem o direito de matar o seu senhor e aquele que não o faz é miserável”.⁹ Aliás, a diversidade de atores sociais da *Libertadora Bahiana* permitiu que ela exercitasse estratégias distintas no movimento abolicionista, a exemplo da organização de fugas e acoitamentos de escravos, nas quais a participação de libertos africanos era decisiva.¹⁰

Em suma, os abolicionistas ligados à *Libertadora Bahiana* realizavam várias ações visando acabar com a escravidão na província baiana. Desde aquelas consideradas legais e aceitas pelos

⁵ Ver ANNAES DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, volume 26-27, 1941, p.524.

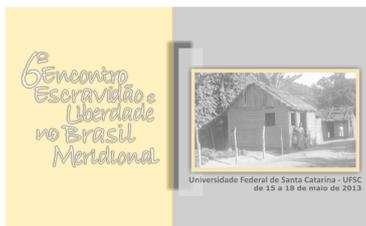
⁶ *Gazeta da Tarde*, 14 de setembro de 1884. Apud ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.82.

⁷ “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa, e que ou a lei de Lynch ou a justiça pública imediatamente havia de esmagar”. NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988. (Edição fac-similar de 1883), p. 25.

⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação...*, op. cit., p.83.

⁹ Ver JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Sérgio Cardozo (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia 2008, 78 (2), p. 96.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação...*, op. cit., p.89.



diversos segmentos sociais - inclusive os escravistas -, tais como a crítica à escravidão por meio de artigos de jornais, a realização de espetáculos, rifas e loterias para angariar recursos e promover a libertação de cativos; até as mais subversivas, como a promoção de fugas, o acoitamentos e envio de escravos para outras províncias. Em alguns casos, estas ações podiam estar combinadas, como por exemplo quando uma fuga tinha por mote dar início à promoção de uma ação de liberdade – expediente muito utilizado por Eduardo Carigé e outros membros da *Libertadora*.¹¹ Na luta pelo fim do cativeiro, todas as ações eram revestidas de importância.

O Teatro e a Propaganda Abolicionista

Dentre as atividades pautadas na legalidade merecem destaque as “festas abolicionistas” realizadas nos teatros da capital. Dado o caráter público destas comemorações, não devemos menosprezar seu alcance e eficácia no combate ideológico à escravidão. Falemos então do modo como eram organizadas.

A partir de 1850 o teatro deixou de ser uma forma de entretenimento exclusivamente elitista, estendendo-se a um público cada vez mais amplo e diversificado. Os abolicionistas souberam astutamente captar essa transformação e logo procuraram se apropriar do teatro como mais uma forma de propaganda de seus ideais. Para tanto, se valeram da imprensa – veículo principal de combate à escravidão - para divulgar e comentar os espetáculos. De acordo com Angela Alonso, “antes e depois de um espetáculo, os jornais falavam sobre divas, concertos, peças e óperas por dias a fio. Era um programa-família, no qual as senhoras compareciam e a paquera rolava”.¹² Portanto, os jornais são fonte privilegiada para o exame da relação entre o campo teatral e o movimento abolicionista.

Ainda não tive acesso ao acervo da *Gazeta da Tarde*, principal reduto dos abolicionistas baianos e certamente o local onde as matérias sobre o teatro abolicionista mais repercutiam, mas consultei outros periódicos locais e da Corte onde as notícias acerca dos espetáculos abolicionistas ocorridos na capital baiana ecoavam. E é este material que exploro a seguir.

¹¹ Ver BORGES DE BARROS, Francisco. *À margem da História da Bahia*. Salvador, Ba. Imprensa Oficial do Estado, 1934, pág. 428; BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia (1870-1888)*. Salvador, Ba: CEB, 2003; SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007, pp.233-235.

¹² ALONSO, Angela. *A teatralização da política...* op. cit, p. 14.



As “festas abolicionistas” promovidas pela *Libertadora Bahiana* eram realizadas sempre que algum acontecimento relevante movimentava a política nacional ou local em relação ao avanço da questão servil. Foi o que aconteceu, por exemplo, no dia 27 de março de 1884, uma quarta-feira. Visando comemorar a emancipação dos escravos na província do Ceará a *Sociedade Libertadora bahiana* promoveu uma “Festa Abolicionista” no *Teatro São João*.¹³



Teatro São João em 1858. Fotografia do francês Victor Frond (1821-1881).
(Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/teatros/sao-joao.htm>, acesso em 4 de março de 2013).

Conforme notícia veiculada na *Gazeta da Bahia*, o evento foi “muito concorrido” e transcorreu da seguinte maneira:

Ao subir o pano, apresentou-se uma bonita apoteose, tocando a música da polícia o *hino da liberdade*. Pronunciou o discurso por parte da sociedade o sr. Dr. Aristides Spinola, orando ainda outras pessoas, e recitando-se várias poesias, entre as quais o nosso talentoso amigo sr. João de Brito exibiu uma bela produção sua.

¹³ Criado em 1806, o teatro São João foi somente inaugurado em 13 de maio de 1812, em homenagem ao aniversário de D. João VI. Estava localizado na extremidade norte do largo das Portas de São Bento, atual praça Castro Alves, no centro de Salvador. Durante todo o século XIX foi o mais importante teatro baiano. Tinha capacidade para abrigar 340 cadeiras na plateia, 60 camarotes repartidos equitativamente em 3 ordens e uma galeria para 400 espectadores, totalizando aproximadamente 800 lugares, embora alguns autores afirmem que comportava até 2.000 pessoas. Ver RUY. Affonso. *História do teatro na Bahia*. Salvador. Livraria Progresso Editora, 1959, p.86.



Pela artista Julieta dos Santos foram entregues oito cartas de liberdade, havendo para o mesmo fim mais dez, que também não foram logo entregues por serem residentes no interior da província os libertos (publicaremos depois os nomes de todos os alforriados).

Em seguida foi representado o drama abolicionista *A filha da escrava*, que foi muito aplaudido. Nos salões do teatro, que estava devidamente ornado, tocaram duas bandas de música.¹⁴

Como se pode notar, a programação da festividade era variada, incluindo bandas de música, poesia, conferência, apresentação teatral e a concessão de cartas de alforria. Segundo Eduardo Silva, a transformação das simples conferências num espetáculo teatral, artístico e cultural completo foi uma das grandes sacadas dos abolicionistas para tornar os eventos mais concorridos e movimentados.¹⁵

De um modo geral, as festividades cívicas levadas a cabo pelas sociedades abolicionistas eram realizadas em parceria com as companhias teatrais da capital e da Corte. Dou mais alguns exemplos. Na terça-feira, dia 28 de julho de 1885, às oito horas em ponto, no consagrado teatro *São João*, a Companhia Dramática “Empresa Ribeiro Guimarães e Eduardo” deu início ao “Grande Festival Abolicionista”.¹⁶ O espetáculo era uma homenagem aos “beneméritos da pátria em honra aos *clubs* abolicionistas da capital”. Na programação, a atração principal era a encenação, em 4 atos, do “drama de propaganda” *Os abolicionistas*, escrito e interpretado pela “distinta atriz brasileira D. Anna Chaves Guimarães”. Ainda de acordo com o anúncio,

O quadro final é surpreendente, vendo-se ao fundo os vultos dos brandes beneméritos Visconde do Rio Branco e Joaquim Nabuco, de um lado a figura simpática do grande libertador Francisco do nascimento, sulcando as impavidas ondas que levaram seu nome à posteridade.

Mise en scene do distinto abolicionista Ribeiro Guimarães, condecorado pelas sociedades *Cearense Libertadora e Club Abolicionista Patrouni* do Pará, pelos serviços prestados à mesma causa.¹⁷

O espetáculo parece ter sido um sucesso, pois ganhou repercussão não só nos jornais baianos como também na *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, jornal do prestigiado abolicionista José do Patrocínio. Na verdade, a gazeta carioca reproduziu a matéria publicada pelo seu homônimo baiano,

¹⁴ GAZETA DA BAHIA. “Festa Abolicionista”, quarta-feira, 27 de março de 1884, página 01. Este e os demais números periódicos aqui citados foram consultados *on line* no site da Biblioteca Nacional, projeto Hermeteca Digital, no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Desde já deixo aqui registrado meus agradecimentos a esta iniciativa, sem a qual esta e outras pesquisas em andamento não seriam possíveis com tamanha rapidez e comodidade.

¹⁵ SILVA, Eduardo. “Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura...”, *op.cit.* No ano seguinte, mais precisamente no dia 29 de setembro de 1885, o jornalista Pamphilo de Santa Cruz solicitou à presidência da província o referido teatro para que a *Sociedade Libertadora Bahiana* pudesse celebrar o aniversário da lei de 28 de setembro de 1871, mais conhecida por Lei do ventre Livre. A autorização da presidência da província foi publicada na *GAZETA DA BAHIA*, em 28 de setembro de 1885, página 01.

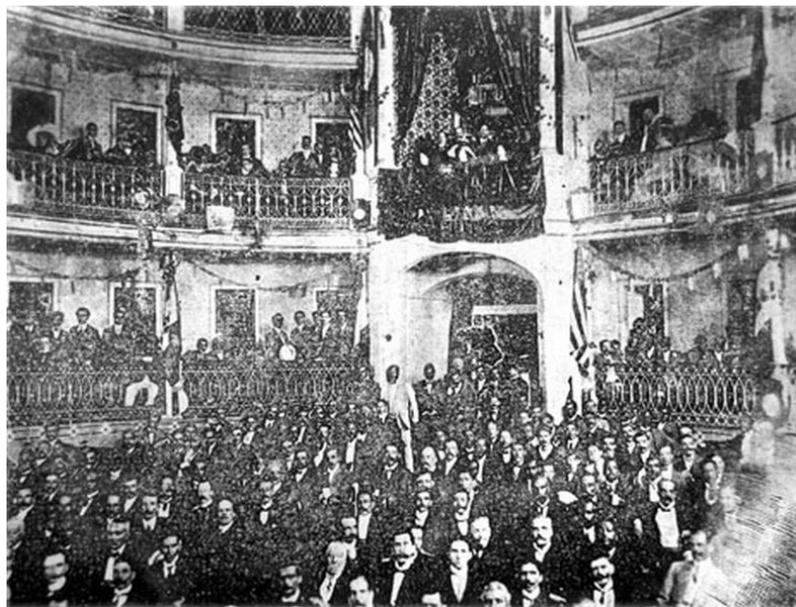
¹⁶ GAZETA DA BAHIA, nº 165, domingo, 26 de julho de 1885, página 02, anúncio.

¹⁷ GAZETA DA BAHIA, *idem*.



haja vista que ambas eram francamente abolicionistas. Segundo a notícia, “o entusiasmo chegou a um delírio; o povo victoriou freneticamente a ardente abolicionista e notável literata – chamando-a a consecutivamente à cena”.¹⁸ Ainda de acordo com a matéria, “no último acto o nosso colega Eduardo Carigé, núm raptó eloquente, saudou a propaganda da causa que defendemos na pessoa da distinta autora, sendo aplaudido com ardor”. Finalizado o espetáculo, “o povo, precedido de duas bandas de música, levou a Sra. D. Anna Chaves à casa de sua residência, sendo erguidos frenéticos vivas a Joaquim Nabuco, Amaro Bezerra e à redacção desta folha”, leia-se da *Gazeta da Tarde* baiana.

No ano seguinte, mais precisamente no dia 11 de dezembro de 1886, o teatro *São João* voltou a ser palco de mais um espetáculo abolicionista.



Interior do teatro São João, em 1884.

(Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/teatros/sao-joao.htm>, acesso em 04 de março de 2013)

Na ocasião foi encenado *O escravo fiel*, “drama de propaganda abolicionista” que, segundo a Empresa Soares de Medeiros, “tão estrondosa revolução tem produzido em todos os teatros do sul do Império”. Estruturada em 5 atos, a peça narra o drama de um liberto em testamento que é reescravizado após a morte de seu senhor. Este, apesar da injustiça que lhe foi cometida, mantém-se fiel à filha de seu antigo dono, como se deduz da leitura dos atos a seguir:

¹⁸ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de agosto de 1885, n 191, página 3.



- 1 ato- A morte do legatário e o testamento escondido;
 - 2 ato- O liberto escravizado e a herdeira deserdada;
 - 3 ato- A herança dividida e a venda do cativo;
 - 4 ato- O sacrifício de órfã e a dedicação do preto;
 - 5 ato- O monarca protegendo o escravo e a lei punindo os escravagistas.
- A ação passa-se no Rio de Janeiro. Atualidade.¹⁹

Nos papéis principais estão o próprio dono da companhia, o ator Soares de Medeiros, que interpreta o preto Lourenço, protagonista do drama e a atriz D. Isolina de Monclar, anunciada como a primeira atriz ingênua do país, no papel da órfã Eulália. Também tomam parte da peça os demais atores e atrizes da companhia. O anúncio é finalizado afirmando que “as peripécias que muito recomendam este drama, são por demais notáveis, o que contribui para o acolhimento, que esta peça tem sempre obtido, em todos os teatros, onde tem subido à cena”.²⁰

Embora não tenha conseguido o texto desta peça teatral - o que certamente me daria melhor compreensão do enredo da história - a análise da sinópsse da mesma fornece elementos para perceber que o drama foi concebido a partir de situações concretas da escravidão, em especial na relação senhor-escravo, como sugere o título do primeiro ato do drama, que aborda a morte do senhor e as disputas em torno do seu testamento. Como demonstrou Sidney Chalhoub, a morte dos senhores podia significar um pesadelo para muitos escravos pelo fato de os herdeiros não respeitarem os acordos firmados entre ambos, ocasionado o não cumprimento de promessas de liberdade, vendas para outros senhores, etc.²¹ Tal realismo, sem dúvidas contribuía para que o drama encontrasse paralelo no cotidiano daqueles que o assistiam, provocando o efeito esperado pelos artistas, qual seja a comoção popular para a condenação pública da escravidão. Nesse sentido, esses espetáculos produziam uma dramatização literal da escravidão no Brasil. Por outro lado, na maioria dessas produções, ao escravo quase sempre é delegado um papel passivo e submisso, como aponta Flora Sussenkind ao analisar as representações ficcionais do negro no teatro brasileiro do século XIX.²²

¹⁹ GAZETA DA BAHIA, sexta-feira, 10 de dezembro de 1886, página 03, anúncio.

²⁰ GAZETA DA BAHIA, idem, op. cit.

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.111.

²² SUSSENKIND, Flora. *O negro como arlequim*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1982.



Após as apresentações na capital baiana, a companhia de Soares de Medeiros seguiu em turnê para Pernambuco e demais províncias do norte, deixando a cena para os abolicionistas locais, como Eduardo Carigé.

Eduardo Carigé e o Teatro

Mencionei, no início desse texto, que o abolicionista Eduardo Carigé era um apaixonado pelo teatro. Além de jornalista, Carigé era escritor e dentre as obras que escreveu estavam algumas peças teatrais. Nenhuma, ao que tudo indica, tratando da escravidão ou da campanha abolicionista.²³ No entanto, como vimos, ele frequentava assiduamente o teatro e, como bom orador que era, fazia discursos improvisados em defesa do abolicionismo durante os espetáculos. Além disso, teve reconhecimento de sua atuação na causa abolicionista ao ser citado em algumas passagens do drama histórico *Maria Luiza*, escrito por Luiz Clodoaldo, estudante da faculdade de Direito do Recife; o qual, aliás, era membro de alguns clubs abolicionistas de Salvador, dentre os quais o *Club Eduardo Carigé*.²⁴

A história se passa na província baiana e retrata os momentos finais da escravidão, quando a campanha abolicionista está no auge, ou seja, em 1887. A trama gira em torno de Maria Luiza, filha do Coronel Campos, um poderoso senhor de engenho que, diante do crescimento do movimento libertador, estava prestes a vender parte de sua escravaria para o sul da província, causando muita revolta nas senzalas. Comovida com a triste sina dos cativos, Maria Luiza tenta impedir o negócio, procurando a todo custo convencer seu pai a despedir o feitor e libertar todos os seus cativos. O envolvimento de Eduardo Carigé no enredo se dá por conta de suas ações junto às escravarias do Recôncavo, fato que atemorizava muitos senhores, como se percebe no diálogo do fazendeiro com o mulato Marcos, vendedor de escravos:

²³ Dentre as obras não relacionadas ao teatro estão: CARIGÉ, Eduardo. *Geographia physica e politica da provincia da Bahia*. Bahia, Imprensa Econômica, 1882; a biografia do seu tio, o frade franciscano Frei Bastos. CARIGÉ, Eduardo. *Biographia de Freitas Bastos*. Bahia, Imprensa Econômica, 1094, 106p. Para o teatro foram escritas e publicadas: *Cabral*, drama histórico em 4 atos. Bahia. Empresa editora, 1900; *O Roupeta*, drama em 4 atos, de propaganda anticlerical. Bahia: imprensa Econômica, 1902; além dos inéditos dramas *Caramuru*, *Elvira* e *A Plebeia*. Ver BOCCANERA JUNIOR, Sílio. *Autores e actores. Biographias*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 191.

²⁴ CLODOALDO, João. *Maria Luiza: drama abolicionista*. Tipographia de J. Gonçalves Tourinho, 1888, 56p.



CORONEL CAMPOS – (...) As coisas andam mal para os senhores de escravos. O senador Dantas tem insuflado o povo de modo, que, em breve não há um escravo. Aqui, na capital, o *Diário da Bahia*, a *Gazeta da Tarde* e o *Diário do Povo* tem aberto os olhos dos negros de um modo escandaloso.

MARCOS- E os negros levam o bocado à boca?

CORONEL CAMPOS – É o que parece. A gente da *Abolicionista Bahiana*, onde estão os drs. Fonseca, Frederico, o **Carigé, que é um teimoso de força**, e o Pamphilo, faz o que lhe vem à cabeça. E qualquer surrasinha... *Abolicionista*; e zás, lá vem em cima da gente o Pamphilo, o Carigé, o *Diário do Povo*, a *Gazeta da Tarde*, tudo.²⁵

Noutra cena, a referência a Carigé como o grande defensor dos escravos é ainda mais direta.

Prestes a ser levado com mais dezenove escravos para Canavieiras, o escravo Bruno fala para outros quarenta cativos armados:

Entrem. Hoje vamos decidir... A vida do feitor, ou então vamos embora. Não é possível que continue tanto rigor; a noite, que Deus concede-nos para descanso, levamos no trabaho tendo duas horas de dormida, quando somos acordados debaixo de mangoal e dentadas de cães para voltarmos arriscados a tudo! Já não somos tão condenados; **na cidade há sociedades, e o nome do doutor Carigé corre por toda a parte.**²⁶

De fato, à medida em que a campanha abolicionista avançava, mais o nome de Eduardo Carigé ecoava nas senzalas do Recôncavo, como mencionou Wandelely Pinho:

Cada barco que chegava trazia uma notícia dos expedientes revolucionários de Carigé, o Antônio Bento da Bahia: fugas de cativos, acuotamento de evadidos das senzalas, ousadias e rebeldia de escravos.

Como era possível trabalhar com os negros tão assanhados pela demagogia dos abolicionistas, e ali tão perto e em diário contato com a Capital, onde fervia a propaganda desprestigiadora da instituição servil?!...²⁷

Mas na trama ficcional os escravos não precisaram matar o feitor nem ir até Eduardo Carigé, pois a sinhazinha Maria Luiza, uma mulher cheia de virtudes e de bom coração, finalmente convence seu pai a libertar seus 93 escravos. Diferentemente do que acontecia na vida real, os escravos não precisaram se rebelar para conquistar suas liberdades.²⁸

²⁵ CLODOALDO, João. *Maria Luiza: drama abolicionista...*, op. cit. p.33. Os grifos são de minha autoria.

²⁶ CLODOALDO, João. *Maria Luiza: drama abolicionista*, op. cit., p. 43.

²⁷ PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL 1982, pp. 510-511. Grifos meus.

²⁸ Sobre a rebeldia dos escravos nos últimos anos da escravidão ver BRITO, Jaílton Lima. *A abolição na Bahia...*, op. cit. e SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição...*, op. cit, especialmente o capítulo V.



Considerações Finais

Nos últimos anos, os estudos feitos no âmbito da história cultural vem enriquecido sobremaneira a pesquisa histórica no Brasil. O emprego deste novo olhar e o exame de novas fontes documentais tem auxiliado os historiadores a avançar no conhecimento de temas consagrados pela nossa historiografia. Tal é o caso dos estudos sobre o movimento abolicionista, onde a perspectiva da História Cultural tem desvelado a estreita ligação entre o teatro e a propaganda pelo fim da escravidão na Corte imperial.²⁹ Conforme defende Angela Alonso, foi por meio do teatro que

os abolicionistas geraram uma sensibilização do público para com os horrores da escravidão – uma condição para a própria mobilização. Antes experimentada como um estilo de vida natural e como ordem natural das coisas, a escravidão foi transformada por essa propaganada artisticamente orientada. Emergia daí o frame da escravidão como mal moral, aflitiva e insuportável, que suscitava compaixão e repulsa na sensibilidade romântica de um público em grande parte formado por jovens e senhoras bem educados. As conferências mobilizaram os afetos coletivos como caminho para ganhar suporte para a causa política da abolição.³⁰

Ainda que a pesquisa esteja em fase preliminar, posso afirmar que este vínculo entre o campo teatral e os abolicionistas é extensivo à Bahia, onde sem sombra de dúvidas o teatro foi um importante espaço de convencimento ideológico para os militantes da liberdade. Aliadas a outras estratégias de ação, as festividades abolicionistas ajudaram a acelerar a marcha da abolição por todo o Brasil.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- BORGES DE BARROS, Francisco. *À margem da História da Bahia*. Salvador, Ba. Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- Ver BOCCANERA JUNIOR, Sílio. *Autores e actores. Biographias*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923,

²⁹ Ver por exemplo, SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁰ ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 18.



- _____, Sílio. *O teatro na Bahia: da colônia à república (1800-1923)*. 2ª ed. Salvador, Ba: Edufba/eduneb 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BRITO, Jaílton Lima. *A abolição na Bahia (1870-1888)*. Salvador, Ba: CEB, 2003.
- CLODOALDO, João. *Maria Luiza: drama abolicionista*. Lytho. Tipographia de J. Gonçalves Tourinho, 1888, 56 páginas.
- FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. (Edição 'fac-similar' de 1887). Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1988.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1890)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2006.
- GRADEN, Dale T. *From slavery to freedom in Brazil. Bahia, 1835-1900*. Albuquerque: University of New Jersey Press, 2006.
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UNB, 1986.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988. (Edição fac-similar de 1883).
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL 1982.
- RUY, Affonso. *História do teatro na Bahia*. Salvador. Livraria Progresso Editora, 1959.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. “Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura”. In: *Anais da XXVI Reunião da SBPH*, 2006.
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.
- _____. “Iô-iô Carigé dá cá meu papé”: a atuação da Sociedade Libertadora Bahiana e a agência escrava nos últimos anos da escravidão (1883-1888). In: *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, RS: 2011.
- SUSSENKIND, Flora. *O negro como arlequim*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1982.